



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

A. ASPECTOS GERAIS DO ESTADO

O Estado do Espírito Santo possui 78 municípios distribuídos em uma área de, aproximadamente, 46 095,583 Km². A população do Estado estimada para 2017 é de 3,9 milhões de habitantes (86,21 hab/km²) e o Produto Interno Bruto em 2014 era de 128,784 bilhões de reais. Em termos comparativos com o Brasil, isto corresponde a 0,5% da extensão territorial, 1,9% da população e 2,2% do PIB (11º maior PIB do Brasil). No que se refere ao PIB per capita, o Espírito Santo se mantém em posição de destaque, com um valor observado para 2014 de R\$ 36.056. Naquele ano, o último que permite a comparação entre os estados, Espírito Santo tinha o quarto maior PIB per capita brasileiro, apenas superado pelo Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar de o Espírito Santo ser um estado com pequenas dimensões, possui destaque em alguns setores produtivos que o torna importante para a economia brasileira como, por exemplo, a produção de celulose, mamão, café, minério de ferro, carvão mineral, produtos de minerais não metálicos e aço.

O Espírito Santo limita-se ao Norte com o Estado da Bahia; a oeste com o Estado de Minas Gerais; ao sul com o Estado do Rio de Janeiro; e a leste com o oceano Atlântico. Além de estar localizada em uma região estratégica, perto dos principais polos comerciais e consumidores do Brasil, o extenso litoral capixaba comporta diversos portos que facilitam a prática do comércio exterior. Consequentemente, este setor constitui-se em uma importante fonte de receita proveniente das exportações e importações, que por sua vez levaram muitos pesquisadores a enfatizar a vocação para o exterior da economia capixaba. Ao comparar as exportações e importações do Espírito Santo com o total do Brasil, observa-se que o Espírito Santo se destaca nas exportações de minério de ferro, ferro e aço, celulose, café e granito; e nas importações de hulhas, um tipo de carvão mineral.

Em 2014, o setor de serviços respondeu por 62,9% do PIB, seguido pela indústria, com 33,7%, e o setor agropecuário, com 3,4% (IBGE/Contas Regionais). Os três principais produtos da pauta de exportação que constituem a base da economia do Espírito Santo (minério de ferro, ferro e aço e celulose) provêm de empresas criadas na década de 1970 e 1980 que ficaram conhecidas como "Grandes Projetos" pela literatura econômica capixaba. Estes três setores representam em torno de 80% das exportações estaduais, o que torna a economia do estado muito sensível às oscilações do mercado externo e muito dependente de um mercado favorável ao seu nicho de produtos. No mais, vale ressaltar que apesar de haver uma tendência a desconcentração regional na última década, a Microrregião Central, que engloba a região metropolitana, representou 57,8% do PIB Estadual de 2014.

Em 2015, a economia do Espírito Santo ainda apresentava variações positivas, sobretudo após o início das operações das plantas produtivas da Vale e da Samarco na segunda metade de 2014, que ampliaram a capacidade de produção no setor. Isso significa que o setor operava com uma alta capacidade de produção até novembro de 2015, quando ocorreu o rompimento da barragem, e que as variações ao longo do ano de 2016 possuem forte efeito estatístico, provocado pela alta base de comparação.

Os dados de 2016 confirmaram a expectativa de uma forte queda da atividade econômica para o Espírito Santo. A retração de -12,2% apontada pelo indicador de PIB trimestral, divulgado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), foi reflexo de alguns acontecimentos que marcaram a história do país, e consequentemente, do estado do Espírito Santo: o rompimento da barragem da Samarco no município de Mariana-MG em novembro de 2015 e mais longa recessão brasileira dos últimos anos. A paralização das atividades da mineradora produziu reflexos importantes sobre os indicadores de produção industrial capixaba, que fechou o ano com queda de -18,8% em relação ao ano de 2015, puxado principalmente pela retração de -31,0% da indústria extrativa, segmento que engloba a produção da Samarco.

B. SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO

EQUILÍBRIO FISCAL

Os Estados Brasileiros são avaliados pelos indicadores do Programa de Ajuste Fiscal - PAF firmado com a União, no âmbito da Lei 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 112/98 e, ainda, por aqueles que compõem a Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Espírito Santo - PAF é parte integrante do Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida nº 006/98/STN/COAFI, de 24 de março de 1998, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 038/98.

O Estado encaminhou em maio/2016 o Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal para avaliação do cumprimento de metas do exercício de 2015 e a revisão e perspectivas para o período de 2016-2018. Em outubro/2016, a STN disponibilizou o resultado da avaliação definitiva do Programa referente ao exercício de 2015 permanecendo configurada para o Estado a condição de adimplente quanto às metas e compromissos do Programa.

De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 1ª versão ? Agosto/2017, publicado em 2017 pela STN, o estado tem mantido, nos últimos 3 anos, a nota "B" no índice Capag (Capacidade de Pagamento dos Estados).



Resultado Primário - Ao se analisar o resultado primário obtido em relação à meta prevista na LDO, devem ser considerados dois fatores que afetam o resultado e que não são levados em conta na sistemática de estabelecimento da meta. O primeiro deles corresponde às despesas primárias executadas com recursos de operações de crédito em valor menor do que o previsto na LDO. Os recursos de operações de crédito, quando utilizados para o financiamento de investimentos, geram resultado primário deficitário, pois os investimentos são despesas de capital (despesas primárias) e as operações de crédito são receitas financeiras, e não receitas primárias. O segundo são as despesas executadas, custeadas com recursos de sobras de caixa de exercícios anteriores (superávit financeiro). Essas sobras são consideradas como receitas no exercício em que foram arrecadadas, por isso, quando utilizadas para custear despesas em exercícios subsequentes à sua arrecadação, geram déficit primário.

No ano de 2014, o Estado do Espírito Santo apresentou um déficit primário de R\$ 494,6 milhões, ficando muito próximo da meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um déficit primário de R\$ 471,0 milhões. O resultado primário do ano de 2014 foi afetado, principalmente, pelas despesas custeadas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 1,411 bilhão, bem como pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito, que somaram R\$ 855,3 milhões.

No ano de 2015, o Estado do Espírito Santo apresentou um superávit primário de R\$ 503,9 milhões, superando com larga margem a meta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que fixou um déficit primário de R\$ 973,8 milhões. O resultado primário do ano de 2015 foi afetado, principalmente, pelas despesas custeadas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 417,2 milhões, bem como pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito e outras receitas não primárias, que somaram R\$ 391,4 milhões. Em adicional, esse desempenho, além de refletir o ajuste fiscal implementado pelo governo, nos primeiros dias de 2015, também é reflexo da não realização do volume de receitas de operações de crédito prevista na LOA, cujo impacto foi um menor volume de investimentos, fatores que revertem o déficit primário previsto inicialmente.

No ano de 2016, o Estado do Espírito Santo apresentou um superávit primário de R\$ 554,5 milhões, superando com larga margem a meta estabelecida na LDO, que fixou um déficit primário de R\$ 967,9 milhões. O resultado primário do ano de 2016 foi afetado principalmente pelos investimentos realizados com recursos provenientes de operações de crédito, que somaram R\$ 299,1 milhões, assim como pela execução de despesas com sobras de caixa do ano anterior, que somaram R\$ 617,4 milhões. Em adicional, esse desempenho, assim como no ano anterior, além de refletir o ajuste fiscal que foi intensificado pelo governo, também é reflexo da não realização do volume de receitas de operações de crédito previsto na LOA, cujo impacto foi um menor volume de investimentos.

Despesas com Pessoal - A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar?

Esses limites foram estabelecidos na LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada poder e órgão em relação à RCL.

Em 2014, 2015 e 2016 o Espírito Santo ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF.

Em 2014, as despesas com pessoal consolidadas do Estado do Espírito Santo, para fins da LRF, representaram 52,42% da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 57,0% e limite de alerta de 54,0%. Sua variação de 2013 para 2014 foi positiva em 13,3%, basicamente por conta de orientação da STN que excluiu da despesa computável o montante de R\$ 1.309,6 milhões de despesas com inativos e Pensionistas custeadas com recursos complementares para cobertura do déficit financeiro do RPPS. Da mesma forma, as despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 43,33% da RCL, também abaixo do limite prudencial de 46,55% e limite de alerta de 44,10%. Em termos de representatividade no que diz respeito à RCL, as despesas aumentaram a sua participação em 0,73% no ano de 2014.

Em 2015 as despesas com pessoal consolidadas representaram 55,06% da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 57,0% e acima do limite de alerta de 54,0%. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 43,39% da RCL, ficando abaixo do limite prudencial e de alerta, respectivamente 46,55% e 44,10%.

Em 2016 as despesas com pessoal consolidadas do Estado representaram 55,01% da RCL, portanto, abaixo do limite prudencial de 57,0% e acima do limite de alerta de 54,0%. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 43,33% da RCL, abaixo do limite prudencial de 46,55% e limite de alerta de 44,10%.

Dívida Pública - O Estado tem como limite de endividamento duas vezes a sua Receita Corrente Líquida (200% da RCL). Ao longo dos anos o Estado vem mantendo uma relação entre a Dívida Consolidada Líquida e Receita Corrente Líquida em níveis muito baixos, com os serviços da dívida em torno de 5% da RCL, e com tendência de queda ao longo dos anos, (Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais ? 1ª versão, p.71)

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 1988.



De acordo com a Resolução do Senado, até o final de 2017 (quinze anos após a Resolução ser sancionada), o montante da Dívida Consolidada Líquida dos estados deve estar limitado a duas vezes a Receita Corrente Líquida anual.

Em 2014 a Dívida Consolidada Líquida do ES totalizou R\$ 3,182 bilhões, correspondendo ao percentual de 28,97% da RCL (20,74% em 2013), em 2015 totalizou R\$ 3,748 bilhões, correspondendo ao percentual de 31,37% da RCL e em 2016 totalizou R\$ 3,138 bilhões, correspondendo ao percentual de 26,41% da RCL. Portanto, em 2014, 2015 e 2016 a Dívida Consolidada Líquida atendeu plenamente ao limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal.

O Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida abrange todos os Poderes do Estado e compõe o Relatório de Gestão Fiscal, com o objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação, além de outras informações relevantes sobre o tema.

DESEMPENHO DA RECEITA

RECEITA TRIBUTÁRIA

No ano de 2014, analisando-se as receitas orçamentárias por origem, verifica-se que as receitas tributárias brutas foram as mais representativas no ano, totalizando R\$ 10,285 bilhões, o equivalente a 53,09% do total e 62,29% das receitas correntes.

As transferências correntes brutas, por sua vez, totalizaram R\$ 4,825 bilhões (29,23% da receita corrente bruta), representando o segundo maior valor por origem. No período, as demais receitas correntes juntas representaram 8,48% da receita corrente bruta.

A receita tributária líquida, que representa a receita tributária disponível após os repasses aos municípios e ao Fundeb, e as devoluções aos contribuintes, foi de R\$ 6,545 bilhões (crescimento de 4,75% em relação a 2013). O bom desempenho na arrecadação está diretamente ligado à modernização do fisco capixaba, que tem permitido ampliar a cada ano os controles sobre os contribuintes.

Em 2015, do total de R\$ 10,698 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 10,134 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 564,4 milhões.

Já em 2016, do total de R\$ 10,294 bilhões de receitas tributárias brutas, foram arrecadados R\$ 9,719 bilhões com impostos, sem considerar multas, juros e dívida ativa. As taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços somaram R\$ 575,3 milhões.

A receita tributária líquida, após a dedução dos repasses aos municípios e ao Fundeb, bem como as devoluções aos contribuintes e outras deduções, no ano de 2016, foi de R\$ 6,566 bilhões.

ICMS ? A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) cresceu 11,63% e fechou o ano de 2014 em R\$ 8,706 bilhões, mostrando que o Estado depende cada vez mais de recursos próprios para atender às demandas da sociedade capixaba. Entre as receitas tributárias, o ICMS é a receita mais representativa, correspondendo a 84,64% da receita tributária bruta. Em 2015 a arrecadação bruta com o ICMS, sem considerar multa, juros e dívida ativa, cresceu 3,48% e fechou o ano em R\$ 9,009 bilhões, o equivalente a 84,22% da receita tributária total. Já em 2016, a arrecadação bruta com o ICMS fechou em R\$ 8,605 bilhões, o equivalente a 83,59% da receita tributária bruta e 45,0% da receita total.

IPVA - O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), mesmo com a menor alíquota da região Sudeste, cresceu 10,84% em relação a 2013, e a arrecadação bruta do tributo, em 2014, chegou a R\$ 423,6 milhões. Em 2015 a arrecadação continuou a crescer e aumentou 13,75% em relação a 2014, e chegou a R\$ 481,8 milhões. Contribuíram para o incremento da receita o aumento da frota, a melhoria no padrão dos veículos e as campanhas de recuperação de créditos. A arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb, e após as restituições aos contribuintes, em 2015 foi de R\$ 169,5 milhões. Em 2016 o crescimento foi de 3,23% em relação a 2015, e a arrecadação bruta do tributo, foi de R\$ 497,4 milhões. Em 2016 a arrecadação líquida do IPVA, após as transferências aos municípios e ao Fundeb e após as restituições aos contribuintes e outras deduções, foi de R\$ 188,3 milhões.

ITCMD - A arrecadação bruta com o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) cresceu 39,85% em 2014 e 1,03% em 2015. O tributo, que incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança, garantiu para os cofres públicos R\$ 50,7 milhões em 2014 e R\$ 51,2 milhões em 2015. Já em 2016 a arrecadação bruta com o ITCMD cresceu 6,86% e garantiu R\$ 54,7 milhões para os cofres públicos. A alíquota de ITCMD de Espírito Santo é de 4%.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Em 2014, as transferências correntes representaram 24,91% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 4,825 bilhões.



As principais transferências correntes recebidas pelo Estado são as intergovernamentais, merecendo destaque aquelas provenientes da União, como a Cota Parte dos Royalties e Participação Especial com R\$ 1,774 bilhões (36,14%), o Fundo de Participação dos Estados (FPE) com R\$ 1,089 bilhões (22,57%), as Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) R\$ 550,2 milhões (11,40%), a Cota-Parte IPI com R\$ 241,7 milhões (5,0%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com R\$ 80,4 milhões (FNDE) (1,66%).

Em 2015, as transferências correntes brutas representaram 23,26% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 4,509 bilhões, registrando redução de R\$ 316 milhões sobre o montante recebido em 2014.

A redução substancial, R\$ 416 milhões (-23,4%), ocorreu na Cota Parte dos Royalties e Participação Especial que ainda assim continuou a ser o maior montante do grupo de transferências com R\$ 1,358 bilhões (30,11%), seguida do Fundo de Participação dos Estados (FPE) com R\$ 1,145 bilhões (25,39%), as Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) R\$ 553,5 milhões (12,27%), a Cota-Parte IPI com R\$ 270,4 milhões (5,9%) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação com R\$ 90,0 milhões (FNDE) (1,99%).

Em 2016, as transferências correntes brutas representaram 23,68% da receita orçamentária bruta, perfazendo um montante de R\$ 4,527 bilhões, evidenciando leve recuperação sobre o volume do ano anterior.

A Cota Parte dos Royalties e Participação Especial voltou a apresentar queda em relação ao ano anterior, R\$ 387,3 milhões (-28,5%), atingindo o seu menor nível de participação sobre o total das transferências dos últimos anos, com R\$ 970,7 milhões (21,44% s/total). Por outro lado, em razão dos recursos da Repatriação, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) atingiu o seu maior volume de participação no grupo das transferências, chegando a R\$ 1,369 bilhões (30,24% s/total) e acréscimo de R\$ 224 milhões sobre o ano anterior. As Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) apresentaram pequena evolução, atingindo R\$ 583,1 milhões (12,88% s/total), a Cota-Parte IPI apresentou pequena redução, fechando com R\$ 268,2 milhões (5,9% s/total) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação se manteve com R\$ 90,8 milhões (FNDE) (2,0% s/total).

Outro valor representativo é o proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que totalizou R\$ 882,9 milhões líquidos em 2016. O valor representa o retorno que o Estado recebeu do Fundeb para aplicação na rede estadual de ensino e foi R\$ 826,8 milhões inferior ao valor repassado pelo Estado ao mesmo fundo, cujo montante foi de R\$ 1,709 bilhões no ano.

RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital responderam por 5,03% das receitas orçamentárias brutas contabilizadas em 2014, totalizando R\$ 975,3 milhões. Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa das receitas de capital advém de operações de crédito (87,70%). Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

As receitas de capital representaram 2,42% das receitas orçamentárias brutas de 2015 e, no ano, totalizaram R\$ 469,7 milhões. Em 2016 as receitas de capital responderam por 1,89% das receitas orçamentárias brutas e, no ano, totalizaram R\$ 361,3 milhões.

Operações de Crédito

Analisando-se a receita bruta de capital por origem, verifica-se que a parcela mais significativa desta advém de operações de crédito, média de 84,6% nos anos de 2014 a 2016. Essas operações representam a contratação de empréstimos e financiamentos do Estado com entidades estatais, instituições financeiras e fundos, e geralmente são utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

DESEMPENHO DA DESPESA

DESPESAS

No ano de 2014 a execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 13,124 bilhões, representando 89,09% do total da despesa autorizada para o período (R\$ 14,731 bilhões). O valor total executado, que corresponde às despesas empenhadas (+) restos a pagar, teve um crescimento nominal de 10,45% em relação a 2013 que fechou com R\$ 11,882 bilhões, Vide RREO ? ANEXO 1.

No total executado, cabe destaque aos gastos com pessoal e encargos sociais e as outras despesas correntes que, juntos, corresponderam a 78,84% do total de despesas do ano de 2014, 50,96% e 27,88% do total de despesas, respectivamente. Também merecem ênfase os investimentos e as inversões financeiras que, juntos, em 2014, atingiram o montante de R\$ 2,437 bilhões, representando 18,56% das despesas totais de 2014. As inversões financeiras, composta na sua grande maioria pelo Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias ? FUNDAP, foram reduzidas em 49,98% de 2013 para 2014, passando de R\$ 1,130 bilhões para R\$ 565,2 milhões, em razão da unificação das alíquotas do ICMS Importação.



As despesas fixadas inicialmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício de 2015 foram de R\$ 14,265 bilhões. No entanto, a dotação inicial prevista no orçamento estadual de 2015 passou para R\$ 14,585 bilhões, em virtude da abertura de créditos adicionais no montante de R\$ 320 milhões, que foram executados em 82,64%, R\$ 12,054 bilhões, quando considerados os restos a pagar de R\$ 295,6 milhões.

No total executado, verifica-se que todas as despesas com pessoal e encargos sociais, que são aquelas gastas com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas, somaram R\$ 6,758 bilhões, o que corresponde a 58,63% do total das despesas.

Para 2016, as leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, autorizaram a execução de despesas em R\$ 15,674 bilhões. Desse valor, R\$ 14,992 bilhões foram inicialmente orçados e R\$ 683 milhões foram acrescentados pelos créditos adicionais.

Do total autorizado, o Estado executou 74,76% das despesas, o equivalente a R\$ 11,718 bilhões. Desse valor, R\$ 6,714 bilhões, ou seja 57,29 % foram gastos com despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 26,18%, ou seja R\$ 3,584 bilhões, foram destinados às despesas com a manutenção dos serviços públicos. Os investimentos públicos somaram R\$ 540,1 milhões ou 7,73% do total das despesas do Estado no ano, e o valor despendido com a dívida pública chegou a 5,3% ou R\$ 451,9 milhões, sendo R\$ 314,6 milhões ou 2,78% referentes a juros e encargos e R\$ 137,4 milhões ou 2,53% de amortização do valor principal das operações de crédito.

Analisando-se a participação de cada área de atuação do governo na composição total das despesas, observa-se que o maior percentual corresponde aos gastos com a Previdência Social dos Servidores do Estado, com 17,36% em 2016, seguido dos gastos nas áreas de saúde, com 15,64%, segurança pública, com 9,26%, e educação, com 8,79%. As demais áreas totalizaram 48,95% da despesa. Ver RREO ? Anexo 2 ? 2016.

Folha de Pagamento dos Servidores Ativos, Inativos e Pensões - Quando se compara a despesa com a folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado com o total das despesas realizadas no ano de 2016, observa-se que os gastos com a folha de pagamento dos servidores públicos ativos correspondem a 41,66% das despesas totais e que as despesas com a folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas responderam por 21,63% do valor total das despesas de 2016, resultando em um percentual total de 63,29% , RGF-Anexo I.

Previdência dos Servidores do Estado - Assim como nos demais entes federativos, a previdência dos servidores públicos apresenta-se como uma das maiores limitações financeiras do Estado. Diante deste desafio o Estado do Espírito Santo criou, com base na LC nº 282/2004 os Fundos Financeiro e Previdenciário. O primeiro destina-se ao pagamento de aposentados e pensionistas existentes na data de publicação da referida lei, enquanto o Fundo Previdenciário destina-se aos servidores contratados a partir da sua publicação.

Portanto, o Fundo Financeiro, que incorpora toda a legislação previdenciária a partir da CF/88 e suas emendas, apresenta evolução de déficits anuais, sendo R\$ 1,447 bilhões em 2014, R\$ 1,541 bilhões em 2015 e R\$ 1,702 bilhões em 2016. Por outro lado, o Fundo Previdenciário apresentou superávit em 2016 de R\$ 666,7 milhões e reservas técnicas de R\$ 2,512 bilhões.

Manutenção dos Serviços Públicos - Do total das despesas incorridas no ano, R\$ 3,584 bilhões, R\$ 2,745 bilhões (79,8%) corresponderam ao gasto com os serviços contratados, compra de material de consumo, gastos com água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, subvenções, entre outras.

A maior parte desses recursos, 46,1% ou R\$ 1,587 bilhões, foi aplicada na área da saúde. Esse valor, em sua maioria, é composto pelas despesas com as entidades que administram os hospitais, a contratação de serviços de terceiros e aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde.

Na sequência, vem as despesas com a manutenção dos serviços da Educação que foram de R\$ 425,3 milhões, ou seja, 12,4% do total. A área judiciária ficou com R\$ 258,3 milhões ou 7,6%, na segurança pública as despesas chegaram a R\$ 95,5 milhões, representando 2,8%, e nas demais áreas somaram R\$ 1,005 bilhão, o equivalente a 29,21% do total das despesas com a manutenção dos serviços públicos.

Com o cenário econômico esboçado no país a partir do segundo semestre de 2014, com expectativa de continuidade da desaceleração econômica, queda de arrecadação e alta da inflação, o Governo do Estado, objetivando se antecipar ao impacto que esses fatores causariam nas contas públicas, estabeleceu, nos primeiros dias de 2015, diretriz de redução das despesas de manutenção dos serviços públicos tomando por base o valor executado com essas despesas em 2014. Tal diretriz materializou-se, fortemente, na execução dessas despesas nos exercícios de 2015 e 2016.

Mesmo com a adoção antecipada dessas medidas de austeridade, buscando mitigar os efeitos da crise, alguns serviços públicos, pela sua natureza e relevância, não puderam ser reduzidos, como é o caso dos serviços com saúde e segurança pública. Porém, tem-se reforçado a necessidade de redução e busca pela qualificação do gasto com serviços públicos.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS



Os investimentos públicos realizados em 2016 somaram R\$ 540 milhões, ou seja, 4,61% do total das despesas executadas, com inclusão de R\$ 68,3 milhões lançados em restos a pagar.

Dos recursos aplicados em investimentos públicos, a parcela mais representativa corresponde aos recursos com origem em operações de crédito, ou seja, valores dos empréstimos e financiamentos tomados pelo Governo do Estado.

Do valor total aplicado nos investimentos públicos, 42,77% foram direcionados à função Transporte que corresponde aos investimentos realizados em infraestrutura dos modais de transporte do Estado. A maior concentração das aplicações está no transporte rodoviário, em que ocorrem ações de preservação da malha rodoviária existente, oferecendo melhores condições logísticas para o escoamento da produção e que favorece o turismo no Estado.

Dívida Pública - As despesas com o pagamento da dívida pública corresponderam a 3,44% do total da despesa executada em 2016, ou seja, R\$ 451,9 milhões, sendo R\$ 314,5 milhões referentes ao gasto com juros e encargos da dívida e R\$ 137,4 milhões correspondentes à amortização da dívida. Ver RREO ? Anexo II.

A Dívida Consolidada do Estado reduziu em R\$ 224,74 milhões, passando de R\$ 7,034 bilhões em 2015 para R\$ 6,809 bilhões em 2016, Vide RREO- Anexo VI.

AJUSTE FISCAL

O ano de 2016 começou sob o estigma da incerteza e foi marcado pela desaceleração econômica no País, a qual provocou um quadro de recessão nacional motivado pela crise política, pela diminuição de investimentos e pela redução no consumo.

Enfrentar esse cenário desfavorável, controlar as contas públicas e manter um desempenho positivo foram alguns dos grandes desafios que o Espírito Santo teve de enfrentar em 2016 e que levaram a administração pública estadual a adotar medidas focadas no equilíbrio financeiro e no bem-estar das pessoas.

Medidas como a reestruturação organizacional, o corte dos gastos públicos, o acompanhamento rigoroso da receita e a renegociação da dívida foram fundamentais para o equilíbrio das contas do Governo e possibilitaram ao Espírito Santo assegurar índices acima da média dos demais estados.

A arrecadação bruta do Estado encerrou 2016, mesmo com todo o ambiente de recessão da economia, levemente abaixo do volume de 2016, com redução nominal de apenas -0,1%, ou, em termos reais, descontando a inflação medida pelo IPCA, com redução real de -6,0%.

Em 2016 houve superávit orçamentário de R\$ 782,5 milhões, com receita realizada de R\$ 14,797 bilhões e despesa empenhada de R\$ 14,015 bilhões, RREO Simplificado-Anexo XV.

O Estado superou os percentuais exigidos pela Constituição Federal na aplicação de recursos em saúde e educação, e também esteve dentro dos limites impostos pela legislação relacionados às despesas de pessoal, à dívida consolidada, às garantias e contragarantias e às operações de crédito.

C.PROJEÇÕES FISCAIS

Melhorar a geração de receita própria é meta permanente do Estado, para viabilizar suas funções fundamentais. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos anos, o Estado deverá dar continuidade ao programa de modernização da gestão fiscal (PROFISCO), a fim de modernizar as estruturas organizacionais e tecnológicas, profissionalizar os recursos humanos, aperfeiçoar a relação com os clientes e manter a integração com os demais fiscos estaduais.

A meta estabelecida para a arrecadação própria estadual para os próximos três anos é de um crescimento médio anual em torno de 3,3%, sendo que a receita tributária, principal fonte, representa 45,9% da arrecadação estadual.

Em uma perspectiva de que nos próximos anos o Estado possa continuar ampliando e melhorando a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, provavelmente com menos recursos disponíveis, investimentos na área financeira tornam-se imprescindíveis. Uma vez que a contribuição para uma gestão pública mais eficiente depende da melhoria na qualidade da informação financeira, necessária para medir a eficiência do gasto estadual e seus resultados, para o PROFISCO II estão previstos investimentos em sistemas de gestão fiscal, de almoxarifado e patrimônio, de custos, de controle do gasto e transparência.

D.AVANÇOS E RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PROFISCO

Nos últimos anos foram observados grandes avanços na gestão fiscal estadual, financiados em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO.



Os resultados obtidos com o programa de modernização podem ser divididos em dois grandes grupos: i) o incremento do índice de esforço fiscal e o aumento da receita tributária arrecadada; e ii) Diminuição do custo da administração financeira. Nos dois casos, o objetivo final visa a melhoria de serviços prestados para a sociedade, aumentando a satisfação de servidores e contribuintes.

O incremento do índice de esforço fiscal e o aumento da receita tributária arrecadada em relação ao PIB estadual podem ser divididos em duas frentes de atuação: uma anterior a prática da sonegação, trabalhando em educação fiscal, padronização, digitalização e desburocratização do sistema tributário estadual e outra após a sonegação, com combate às fraudes e evasões fiscais.

Em relação as medidas implementadas para facilitar a regularização do contribuinte com o fisco, pode-se citar o SPED (Escrituração Fiscal Digital, Nota Fiscal Eletrônica - NF-e e do Conhecimento de Transporte Eletrônico-CT-e) que atingiu seu objetivo com 100% dos contribuintes obrigados à EFD. Possibilitar a assinatura digital e a transmissão, via Internet, de documentos fiscais representou não apenas um enorme benefício para os contribuintes, para a sociedade e para a administrações tributária, como também contribuiu para o incremento do índice de esforço fiscal e o aumento da receita tributária arrecadada em relação ao PIB estadual, bem como a desburocratização das obrigações complementares relativas a apresentação de livros fiscais.

Além do SPED, foi implementado um novo modelo de Orientação Tributária, com utilização de modernas tecnologias da informação e comunicação para dinamizar a prestação de serviços à sociedade, dirimindo as dúvidas existentes com mais rapidez nas respostas às consultas feitas pelos contribuintes e interessados. A implantação do modelo de orientação tributária possibilitou o aumento do atendimento não presencial ao cidadão-contribuinte, gerando mais transparência das informações fazendárias, e, por conseguinte, propiciando aumento do índice de satisfação dos contribuintes em relação à qualidade dos serviços prestados. O novo modelo de Orientação Tributária contou com a elaboração do manual de fiscalização, que contribuiu para a padronização dos processos, reduziu o contencioso, diminuiu o número de lançamentos anulados, aumentou a segurança jurídica, o que contribuiu para a melhoria do ambiente de negócios e facilitou a solução de dúvidas na interpretação e aplicação da legislação de regência dos tributos, em especial o ICMS e o ITCMD.

Na mesma linha, considerando as necessidades do usuário/cidadão e a decisão/necessidade da administração pública, inclusive de atendimento às novas determinações legais de transparência e ao princípio constitucional da publicidade, foi realizada adequações no site da Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, envolvendo a disponibilização eletrônica dos textos legais e ferramentas de pesquisa que facilitem ao cidadão a consulta e utilização dos mesmos.

Ao mesmo tempo que foram criados meios para desburocratizar o sistema tributário estadual, também foram criados meios para reduzir a sonegação. Nesse sentido, foi implantado o Núcleo de Estudos e Pesquisas ? NEP, Auditor Eletrônico Brasil ? AEBR, relatórios de BI para monitoramento de contribuintes, e ainda está em fase de contratação do laboratório de informática direcionado à produção de provas forenses digitais com aquisições de softwares. Além dos ganhos diretos gerados com multas, e impostos devidos aos cofres públicos, algo em torno de R\$ 4 bilhões, existe um ganho imensurável com redução da sonegação, visto que a fiscalização reprime a prática de crimes de sonegação fiscal.

Visando a melhoria do ambiente de negócios e o aumento da receita tributária foi implantado um novo modelo de julgamento de primeira instância da Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo, atendendo aos princípios de duração razoável do processo e transparência da Administração Pública. Este modelo possibilitou a implantação de novas ferramentas de gestão e tecnologias, trazendo a facilitação do acesso do contribuinte aos serviços e informações desejados com o conseqüente aumento do índice de satisfação dos contribuintes em relação à qualidade dos serviços prestados e uma melhoria no índice de percepção destes sobre a transparência das informações fazendárias. O prazo médio de julgamento dos processos administrativos fiscais em 2007 era de, aproximadamente, 5 anos e foi reduzido para 6 meses.

A implementação do Novo Modelo de Gestão do Processo Contencioso Administrativo-fiscal significa muito mais que somente mitigar a morosidade processual. A demora no julgamento desses processos é injusta e encoraja a evasão fiscal. A aplicação precária das leis e o longo período para resolução dessas pendências causam graves distorções no mercado e na concorrência.

Além dos esforços realizados para ampliar a base tributária sem aumentar as alíquotas de impostos, também foram realizados investimentos para melhorar a gestão dos recursos públicos. Nesse sentido, foi desenvolvido e implementado o Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES, ferramenta que modernizou e deu mais transparência à gestão financeira e orçamentária nos órgãos da administração pública estadual com geração automática de relatórios gerenciais obrigatórios, tais como os da LRF e Lei 4.320/64. Após a implantação, verificou-se diminuição do índice de erros, de retrabalho, de prazos para geração de relatórios gerenciais e legais, de despesas com impressão e deslocamento de servidores além de maior segurança e confiabilidade das informações por um número muito maior de usuários, disponibilizando em tempo real as informações para a sociedade através dos portais de transparência de todos os poderes. Por fim, a precisão dos recursos disponíveis na conta única possibilitou maximização do ganho com as aplicações financeiras e as transferências diárias para os municípios.



Ainda com recursos do Profisco foram capacitados 11 servidores em cursos de mestrado; 10 em MBA e 01 em especialização, além de diversos cursos de curta duração inclusos no Plano de Formação Pós-Graduada da Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo. O investimento da qualificação do servidor representa mudanças significativas na qualidade dos serviços desenvolvidos, trazendo grandes benefícios para os contribuintes e para a sociedade, com o aumento do índice de satisfação em relação à qualidade dos serviços prestados, e para a administração fazendária, com elevação do índice de satisfação dos servidores em relação ao ambiente institucional e ao trabalho desenvolvido.

Apesar de ainda estar em processo de implantação, projetos como o redesenho de processo e gestão de receitas tributárias e não tributárias também contribuirão muito para o aumento da arrecadação e a melhoria da eficiência da Secretaria da Fazenda do Estado do Espírito Santo.

E.DIAGNÓSTICO

Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO I ainda é preciso fortalecer a gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base no redesenho de processo realizado em todas as subsecretarias da Fazenda e no diagnóstico formulado em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS), os dirigentes e técnicos estaduais identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

O alcance dos objetivos da gestão fiscal está comprometido pela ausência de Planejamento Estratégico. A orientação estratégica existente não é precisa, devido a inexistência de sistemática de monitoramento e avaliação de riscos e de sistemática de mensuração de resultados da gestão com base em indicadores de desempenho.

A gestão de pessoas não utiliza informações estratégicas em suas atividades, em virtude da baixa eficiência na gestão de documentos, da baixa eficiência no controle das demandas dos servidores, ineficácia do modelo de comunicação, não consideração das competências individuais no planejamento, alocação e capacitação dos servidores e, ainda pela ausência de alinhamento entre o programa de capacitação e os objetivos da SEFAZ. No mais, as ações de capacitação não são eficazes quanto ao atendimento às demandas da gestão fiscal, uma vez que não são observadas as prioridades estratégicas da gestão fiscal na seleção das ações de capacitação.

A gestão dos recursos de TIC mostra-se insuficiente para suportar às demandas da SEFAZ, a inexistência do planejamento estratégico da SEFAZ impede a implantação do PDTI e impossibilita a priorização de demandas, contribuindo para o volume exacerbado de projetos submetidos à GETEC. Observam-se ainda inexistência de levantamento da satisfação dos usuários internos e externos e dificuldade no processo licitatório para acompanhar em tempo hábil os avanços tecnológicos.

As gestões de materiais e do patrimônio estadual apresentam baixa integridade e intempestividade das informações, que por sua vez não são integrados com o Sistema Financeiro (SIGEFES) e não contam com indicadores de desempenho. Existe dificuldade na mensuração e evidenciação do patrimônio, os relatórios gerenciais são de baixa qualidade e os seus registros contábeis são intempestivos. Os preços de referência são realizados com base no banco de preços obtidos de licitações anteriores, mas não existe um sistema para mensurar o preço de referência com base em NF-e.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Impossibilidade de controle e estabelecimento de estratégias de minimização do gap tributário, devido à ausência de um sistema de monitoramento e avaliação dos benefícios concedidos e de estudos econômicos, tributários e financeiros, incluindo avaliações de impacto, que subsidiem a formulação das políticas e normas fiscais.

O cadastro de contribuintes não contempla os seguintes atos de cadastros: Alterações cadastrais de filiais de empresas com matriz de fora do estado, alterações cadastrais de contribuintes substitutos tributários e alterações cadastrais de contribuintes de outra UF que tenha inscrição iniciando em 08, tais como gráficas de outra UF e empresas prestadoras de serviços em plataforma continental, e a baixa de inscrição. Para esses casos, o contribuinte deverá procurar a ARE de sua jurisdição para formalizar o pedido.

Na área de fiscalização e inteligência fiscal existe uma baixa utilização das massas de dados disponíveis para subsidiar o planejamento e a execução das ações fiscais, em virtude da falta de metodologia de análise de riscos para direcionar a ação fiscal, da ausência de indícios de irregularidades apurados em monitoramento e pesquisa fiscal, da não cobertura de todas as fases do processo fiscal pela ferramenta automatizada de apoio à execução da ação fiscal, pelo pouco uso das informações da escrituração contábil dos contribuintes nos trabalhos de auditoria, e pelo baixo conhecimento das ferramentas e modelos de tratamento de grandes volumes de dados.

O tempo médio de julgamento no contencioso administrativo apesar de ter reduzido em relação ao último ano, ainda é excessivo, devido a inexistência de gestão do andamento processual. Os processos são digitalizados e não inteiramente eletrônicos, o que dificulta a automatização do fluxo processual.



A comunicação do Fisco com o contribuinte apresenta deficiências, em virtude de legislação ultrapassadas e ineficiência da ferramenta de consulta, orientações divergentes, demora e imprecisão no fornecimento de informações e falta de capacitação para os servidores envolvidos no atendimento. Pouca automatização de serviços para o contribuinte não inscrito no cadastro, sobrecarregando as agências físicas que não possuem controle eletrônico de atendimento preferencial e nem indicadores de resultados para avaliação dos serviços.

A gestão da cobrança administrativa apresenta baixa efetividade de suas ações, em especial pela ausência de sistemas de cobranças e de estratégias alinhadas com as metas da SEFAZ. O processo de cobrança administrativa não é automatizado e não permite o acompanhamento eletrônico dos prazos legais nem a emissão eletrônica das decisões, assim como da contestação por parte do contribuinte.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Observa-se uma fragilidade no acompanhamento tempestivo dos recursos do tesouro estadual, devido a inexistência de efetiva Programação Orçamentária e Financeira, Cotas Orçamentárias liberadas em descompasso com a execução financeira das despesas, inexistência de métodos efetivos de previsão da arrecadação, Cota Financeira liberada junto com a Cota Orçamentária, despesas empenhadas em valor acima ou abaixo do que, de fato, será realizado, inexistência de avaliação de impacto quanto à expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, ao gasto tributário e outros temas relacionados, Sistema financeiro (SIGEFES) não contempla módulos integrados de Programação Financeira, Fluxo de Caixa e Mensageria e Falta assinatura digital, o que aumenta o fluxo de papéis (burocracia) e tempo da execução financeira.

Os procedimentos contábeis patrimoniais ainda não estão totalmente convergidos aos padrões internacionais de contabilidade, devido a deficiências dos sistemas de patrimônio e almoxarifado, à falta de conformidade dos valores de registro do patrimônio, à ausência de estudos sobre a política contábil de materiais e patrimônio e à dependência do avanço tecnológico em outros sistemas estruturantes do Estado.

A gestão da Dívida pública tem dificuldade de avaliar a eficácia das operações de crédito em virtude do baixo domínio das diferentes metodologias para apuração dos serviços da dívida e Contratos, falta de indicadores e metas, e inexistência de sistema de gestão da dívida pública, todas as simulações são realizadas em Excel, inclusive o controle dos desembolsos financeiros e as atualizações das previsões.

Os custos públicos não são utilizados para a tomada de decisão e a visão dos gastos públicos é fragmentada, devido à falta de informação e acompanhamento de custos dos serviços no setor público estadual, inexistência de ferramenta de coleta e apuração de custos, disposição de dados em bases dispersas e não integradas.

Por fim, vale ressaltar que em 2010 o Espírito Santo apresentou o 7º melhor IDH-M do Brasil (0,740), tendo aumentado 0,100 em relação a 2000 (0,640).

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA

Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados (MPS&R), selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Produto 1.1 Governança Pública implantada, por meio da elaboração do planejamento estratégico da SEFAZ aderente ao plano estratégico do Governo, da implantação de escritório de processos e de projetos com sistemas de monitoramento dos resultados por meio de indicadores de desempenho e de metas pactuadas, além da implantação de um modelo de gestão de riscos e integridade. Os projetos deverão contribuir para a melhoria da eficiência da máquina pública e poderá ser avaliado pelo Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP).

Produto 1.2 Gestão de Pessoas aperfeiçoada, por meio da Implantação do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, do Modelo de Gestão por Competências e da escola Fazendária, além da ampliação do programa de Qualidade de Vida e da Participação dos servidores em intercâmbios interinstitucionais de experiências e informações. O objetivo direto é aumentar o número de servidores capacitados, objetivando indiretamente aumentar a satisfação e a produtividade dos servidores.



Produto 1.3 Gestão de TI aperfeiçoada, por meio da elaboração e implementação do PDTI alinhado ao plano estratégico da SEFAZ, da Ampliação da capacidade de processamento e análise de dados e da atualização da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, contemplando o desenvolvimento e implantação de tecnologias que visem viabilizar um ?BIG DATA?, com infra adequada, para integrar com bases de dados internas e externas, e propiciar sua exploração através da Inteligência Artificial (IA), tanto para gestão da receita tributária, quanto para a gestão da qualidade do gasto. Com os investimentos realizados almeja-se ampliar o percentual de solicitações de projetos atendidas para área de TI e será avaliado pela relação entre o total de Projetos de TI implantados/ Total de projetos de TI solicitados na Central de Solicitações da SEFAZ.

Produto 1.4 Gestão de Materiais e Patrimônio aperfeiçoados, por meio de revisão e automação dos procedimentos de Compras e Contratações e integração do Sistema de Gestão Administrativa (Siga) com o SIGEFES. Os investimentos na área visa agilizar o processo de aquisições e economia das licitações.

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Produto 2.1 Formulação e Avaliação de Políticas Tributárias aperfeiçoadas, por meio de Implantação de metodologia para monitoramento e avaliação dos resultados e impactos econômicos da implementação das políticas tributárias, e de Sistema de controle de benefícios fiscais, com apuração de impactos dos benefícios do ICMS, IPVA e ITCD. os investimentos nessa área tem como objetivo maior transparência das informações fazendárias.

Produto 2.2 Sistemas de Cadastro e de controle das demais obrigações tributárias aperfeiçoados, por meio de um Sistema de cadastro e controle das demais obrigações tributárias envolvendo Operador logístico identificado no conjunto de CNAEs, desenvolvimento de um novo modelo de aferição de ICMS apurado pelos contribuintes com base no SPED; implantação de um Sistema de gestão de IPVA e de gestão de ITCMD. Nessa área o objetivo é melhorar o ambiente de negócio e a comunicação com o contribuinte.

Produto 2.3 Fiscalização e Inteligência Fiscal aperfeiçoadas, por meio de Institucionalização do processo de planejamento da fiscalização e arrecadação com metodologia de planejamento e definição de metas e indicadores, implantação de Sistema de controle de fraudes e Integração do SICEX, da base de pagamento e das informações do comércio exterior ao portal único. O resultado direto esperado é o aumento no número de auditorias realizadas, a diminuição do tempo de análise no procedimento de Desembarço Estadual e o aumento do controle. De forma indireta espera-se a ampliação da percepção de risco dos contribuintes.

Produto 2.4 Contencioso Fiscal aperfeiçoado, por meio de Revisão dos processos do Conselho Estadual de Recursos Fiscais e da Ampliação do Sistema de Processo Eletrônico. O objetivo do investimento neste produto é possibilitar a razoável duração do processo, reduzindo o prazo médio em dias e, conseqüentemente, aumentar a probabilidade de sucesso na cobrança.

Produto 2.5 Serviços ao Contribuinte aperfeiçoados, por meio da melhoria do Atendimento Presencial (revisão e definição do modelo de atendimento presencial, contemplando o redesenho e manualização dos processos; sistemática e mecanismos online de alinhamento entre as informações prestadas, a legislação e os procedimentos vigentes; controle eletrônico de atendimento preferencial e de gestão de filas nas agências maiores; avaliação pelo contribuinte sobre a qualidade dos serviços; capacitação das equipes; padronização no layout das unidades de atendimentos) e pela melhoria e ampliação do autoatendimento (revisão e implantação de novos serviços no Portal do Contribuinte e /ou no site, como guia de trânsito livre, acompanhamento de processos; disponibilização de canal de conversação via chat para relacionamento com os contribuintes; desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis; análise da viabilidade e implantação de outras modalidades de autoatendimento, como totens nas grandes agências; implantação de avaliação do contribuinte sobre a qualidade dos serviços prestados online; implementação de novos serviços automatizados para o contribuinte não inscrito no cadastro da SEFAZ, ou inscrito como Pessoa Física e adequar as legislações à realidade do nosso Estado). Espera-se que os investimentos realizado impactam da melhoria da eficácia organizacional.

Produto 2.6 Cobrança e Arrecadação aperfeiçoada, por meio da revisão do modelos de cobrança e arrecadação, contemplando definição das réguas de cobrança, segmentação de débitos e dos contribuintes por nível de risco e potencial de recuperação, com regras específicas para tratamento de devedores contumazes; disponibilização de base de dados de contato dos contribuintes integrada e atualizada (melhor endereço, Base relacional: CNPJ atrelado a diferentes CNPJs/CPF: holdings, sócio, solidário e contador); elaboração de roteiros de cobrança e treinamento da equipe; e automação do processo de Cobrança com avaliação de sistemas já existentes em outros Estados. O resultado esperado está relacionado a otimização da cobrança, aumentando o esforço fiscal.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO



Produto 3.1 Políticas, Programação e Execução Financeira aperfeiçoadas, por meio de Revisão da metodologia para elaboração da Programação e Execução Financeira, de Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas contemplando todas as fontes de recursos, Fluxo de Caixa, Mensageria, automação dos Repasses Federais e ampliação do módulo de conciliação da Conta Única e da definição das Políticas de Gestão de Ativos financeiros de médio e longo prazo. Com os investimentos realizados neste produto espera-se melhorar a assertividade dos resultados estimados com recursos de caixa, vinculados e próprios. O resultado poderá ser avaliado pela relação entre a despesa total executada e o valor total da receita.

Produto 3.2 Gestão Contábil aperfeiçoada, por meio de regime de competência apurado automaticamente da integração do Sistema de Informações Tributárias e do Sistema Integrado de Gestão Administrativa com o SIGEFES. Os investimentos realizados deverão gerar melhoria da gestão, transparência das informações, impactando diretamente no controle social.

Produto 3.3 Gestão da Dívida Pública aperfeiçoada, por meio da automação da gestão da dívida com Sistema de monitoramento de contratos de crédito e Sistema único de acompanhamento de ações judiciais que viabilize a integração com o módulo de riscos fiscais. O resultado esperado é o aperfeiçoamento da gestão de recursos de terceiros.

Produto 3.4 Gestão de Custos e Gastos Públicos implantada, por meio do desenvolvimento do modelo de gestão da qualidade do gasto público e de custos, desenvolvimento e implantação do sistema de custos, integração dos sistemas corporativos do Estado em base única e automatização com utilização de Big Data. Com os investimentos realizados neste produto espera-se ser possível apurar os custos em um ou mais órgão público e o resultado poderá ser acompanhado no SIGEFES.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Estado sem aumentar a Carga Tributária constitui-se em um dos grandes desafios dos policy makers nos últimos anos. É consenso na literatura de que o Brasil apresenta uma das alíquotas mais elevadas, equiparando-se ao cobrado em alguns países Europeus. No entanto o retorno social dos impostos pagos não é devolvido na mesma magnitude para os cidadãos, principalmente nas áreas mais prioritárias como saúde, educação e segurança.

Estabelecer um equilíbrio das finanças públicas, ou seja, que a despesa seja igual à receita, é condição *sine qua non* para o Estado que almeja uma situação de bem-estar social mais desenvolvido no futuro. Para tal, dada a conjuntura adversa não seria interessante penalizar ainda mais as empresas elevando alíquotas tributárias, tão pouco seria salutar ao governo promover cortes ainda mais rigorosos nos setores essenciais a sociedade. O caminho alternativo neste momento seria reduzir ao máximo o hiato tributário, ou seja, os espaços para a competição desleal que os sonegadores se apropriam e passam a praticar sobre os empresários que pagam seus impostos conforme exigência das leis tributárias.

Neste momento, o Governo tem o dever de criar medidas que garantam um ambiente de negócio próspero e saudável. Neste interregno, o governo tem a capacidade de atuar como um agente facilitador seja reduzindo ao máximo a burocracia e/ou buscando de forma contínua a simplificação tributária. Tudo isso para tornar mais eficiente a arrecadação, além de permitir aos contribuintes zerar seus débitos com o fisco. De outra forma, cabe ainda ao governo o papel de fiscal do erário público, uma vez que deve buscar ser mais eficiente como arrecadador de impostos, impondo sanções legais para aqueles que preferem correr o risco de ficar na ilegalidade, sinalizando para o contribuinte as penalidades e o risco de sonegar.

Tornar um governo mais eficiente do ponto de vista da arrecadação é o primeiro passo para a modernização do sistema tributário estadual, no entanto não é suficiente se não for associado a uma gestão orientada por resultados e que promovam a melhoria na qualidade dos gastos. O governo que não leva estes efeitos em consideração, e que tem ineficiência nos seus serviços prestados onera os cofres públicos e penaliza e priva os cidadãos dos seus direitos.

Para tornar esse desafio realidade é de suma importância que ocorram investimentos em tecnologia, capacitação e qualificação de mão-de-obra. É necessário ter um sistema tributário eficiente, transparente e seguro de monitoramento de contribuintes e de racionalização de despesas. Contudo, todo investimento que não tem como base o treinamento e a capacitação de profissionais não apresentam resultados satisfatórios, por isto investimentos nestes setores são essenciais a fim de tornar estes profissionais capazes de transformar as informações estatísticas em análises úteis nas tomadas de decisão dos gestores.

Consciente dos problemas supracitados e visando promover o crescimento e elevar o nível de Bem-Estar social nos próximos anos, que o Estado do Espírito pleiteia o PROFISCO II que será destinado a:



Melhoria da Gestão Fazendário e Transparência Fiscal, com a elaboração de um planejamento estratégico contendo indicadores e metas monitorados, escritório de processo e projetos e ampliação do parque tecnológico fazendário;

Melhoria da Administração Tributária e Contencioso Fiscal, com maior agilidade para o cumprimento das obrigações tributárias, melhoria dos serviços presenciais e ampliação dos serviços de autoatendimento, celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal, sistemas de monitoramento de contribuintes, e aperfeiçoamento do modelo de cobranças;

Melhoria da Administração Financeira e Gasto Público, com o desenvolvimento de um sistema de custo e de qualidade do gasto, maior integração do sistema de Gestão das Finanças públicas com outros sistemas do estado, maior eficiência no planejamento dos investimentos e na execução das despesas, e melhor gestão da dívida pública.

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas no Plano Plurianual estadual (2016/2019), por meio dos Programas 0615 GESTÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL SUSTENTÁVEL, cujo objetivo, aderente aos objetivos do projeto, é Planejar, coordenar, implantar, avaliar e controlar políticas públicas estratégicas para as áreas de administração tributária, fiscal e financeira, bem como o programa 0616 GESTÃO DA POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, cujo objetivo é Promover a gestão e modernização dos instrumentos de planejamento e gestão de projetos, observando o equilíbrio fiscal, com vistas à melhor aplicação dos recursos públicos e maximização dos resultados.

No entanto, devido ao período de crise prolongado, os investimentos necessários não seriam possíveis de serem realizados, tempestivamente, apenas com recursos próprios. Tendo em vista a necessidade de financiamento, as condições oferecidas pelo BID mostram-se mais atrativas, notadamente no tocante à taxa de juros, bem inferior àquelas praticadas no mercado brasileiro atualmente. No mais, o financiamento fornecido pelo BID através do PROFISCO possibilita uma efetiva transferência de experiências de quem as detém para os estados que delas necessitam através da REDE COGEF, para elevar o nível de modernização das Administrações Fazendárias. Um exemplo bem sucedido dessa cooperação foi a obtenção da infraestrutura para o SPED fiscal que gerou benefícios para todos os estados da federação. Outro exemplo é o Sistema Financeiro que está substituindo o SIAFEM nos estados, no qual o Espírito Santo através de seus técnicos pode contribuir para que outros estados fizessem contratação análoga.

Os termos financeiros da operação estão estruturados dentro dos parâmetros definidos pelo BID com as seguintes opções oferecidas ao Estado do Espírito Santo:

- Carência: 5 anos
- Prazo de amortização: 20 anos
- Total da taxa de juros: 1,99% a.a.
- ?Libor (3 meses): 1,02%
- ?Margem do Fundo: 0,12%
- ?Margem do empréstimo: 0,85%
- Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do financiamento: 0,50%

Em relação a viabilidade econômica do projeto, ressalta-se que a receita tributária do Espírito Santo em 2016 foi de, aproximadamente, US\$ 3, 5 bilhões. Ou seja, apenas um aumento real de 1% na receita tributária de um único exercício já corresponderia ao valor total do financiamento. No entanto, acredita-se que os investimentos do Profisco II devem aumentar a arrecadação em patamares superiores a 1%, em relação as condições atuais. No mais, tendo em vista a natureza do investimento, além do retorno financeiro, existirão benefícios não mensuráveis financeiramente, tais como:

- a)Ampliação dos serviços públicos e da qualidade, face ao incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis;
- b)Melhoria do ambiente de negócio, reduzindo a burocracia e agilizando os processos;
- c)Melhoria do bem-estar e da produtividade do servidor público;



- d) Melhoria da eficiência da máquina pública, com processos mais bem definidos e monitorados;
- e) Ampliação das informações e da qualidade das informações para a sociedade, ou seja, maior transparência.

Por fim, ressalta que a taxa de câmbio utilizada no projeto foi de R\$ 3,00 = US\$ 1, tendo em vista o valor atual e o histórico dos últimos quatro anos.

2. Projeto

2.1. Título

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Espírito Santo

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II ES

2.3. Mutuário

Estado do Espírito Santo

2.4. Tipo Operação

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal e da administração financeira e do gasto público, atendendo às diretrizes estratégicas estaduais.

São objetivos específicos:

- Melhorar o desempenho da gestão fazendária contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento e monitoramento de resultados, no controle interno, na gestão e capacitação dos recursos humanos, no planejamento e gestão da tecnologia da informação e na gestão de material e patrimônio, assim como na transparência fiscal.

- Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução do tempo de tramitação dos processos administrativos tributários e a recuperação da dívida ativa.

- Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento financeiro, na convergência contábil, na racionalização e avaliação do gasto e na gestão de custos públicos e da dívida pública.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Aumentar o percentual de solicitações de projetos de TI atendidos	Projetos de TI implantados/ Total de projetos de TI solicitados no CSS, em um intervalo de medição de 5 anos	Percentual	50,00	60,00
Redução do tempo de julgamento da Reclamação Inicial na 1ª instância do Contencioso Administrativo Tributário	Tempo mediano decorrido entre a entrada do pedido e a ciência da decisão do julgamento da Reclamação Inicial na 1ª instância do Contencioso Administrativo Tributário	Dias	300,00	90,00



Ampliação da quantidade de serviços e investimentos ofertados à sociedade	Média do (Investimentos com Recursos Próprios Realizados / Receita total) em quatro anos	%	2,00	4,00
Integração entre os principais sistemas de informações para atendimento pleno das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	Integração plena do SIGEFES com 4 sistemas (SIT, SIGA, SIARHES, SDP)	Unidade		4,00
Ampliação do número de órgãos públicos com custos apurados	Número de órgãos públicos com custos apurados	Unidade		1,00
Maior acertividade dos resultados estimados com recursos de caixa, vinculados e próprios	DESPESA TOTAL EXECUTADA/ VALOR TOTAL DA RECEITA	%	93,00	98,00
Melhoria do Índice de Solidez Fiscal	Índice elaborado pelo Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP)	Nota	55,40	75,40
Índice de Maturidade na Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	Apuração do nível de aderência às melhores práticas nos processos críticos, conforme metodologia MD-GEFIS (COGEF/ CONFAZ/PRODEV)	Escala 1 a 36	11,00	20,00
Índice de Maturidade na Administração Tributária e no contencioso Fiscal	Apuração do nível de aderência às melhores práticas nos processos críticos, conforme metodologia MD-GEFIS (COGEF/ CONFAZ/PRODEV)	Escala 1 a 36	12,00	20,00
Índice de Maturidade Administração Financeira e no gasto público	Apuração do nível de aderência às melhores práticas nos processos críticos, conforme metodologia MD-GEFIS (COGEF/ CONFAZ/PRODEV)	Escala 1 a 36	22,00	26,00
Manter o Índice de Eficiência da Máquina Pública	Índice elaborado pelo Ranking de Competitividade dos Estados elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP)	Nota	91,20	92,00
Ampliação do número de servidores capacitados	Quantitativo de servidores capacitados no ano analisado / Quantitativo de servidores capacitados no ano anterior	Quantidade	1.984,00	2.183,00

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO DO PROJETO	300.000,00
P - Monitoramento e avaliação	300.000,00
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	19.244.000,00
P - GOVERNANÇA PÚBLICA	381.000,00
P - GESTÃO DE PESSOAS	1.212.000,00



P - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.644.000,00
P - GESTÃO DE AQUISIÇÕES E MATERIAIS	1.007.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	11.019.000,00
P - POLÍTICAS E GASTO TRIBUTÁRIO	688.000,00
P - CADASTRO E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	428.000,00
P - FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL	3.218.000,00
P - CONTENCIOSO FISCAL	550.000,00
P - SERVIÇOS AO CONTRIBUINTE	2.558.000,00
P - COBRANÇA E ARRECADAÇÃO	3.577.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	11.437.000,00
P - POLÍTICAS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	4.170.000,00
P - GESTÃO CONTÁBIL	2.720.000,00
P - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	1.706.000,00
P - GESTÃO DE CUSTOS E GASTOS PÚBLICOS	2.841.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO DO PROJETO

Ver detalhamento de todo o projeto no anexo em Excel PAI.

P - Monitoramento e avaliação

Elaboração e revisão de editais e termos de referência para as contratações e aquisições, pesquisas para indicadores de resultados, Participação das reuniões da COGEF e workshops convocados pelo BID, Visitas técnicas para benchmarking, Seminários, Fóruns e eventos envolvendo disseminação de conhecimento na área de gestão fazendária.

C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.

P - GOVERNANÇA PÚBLICA

Planejamento Estratégico; Escritório de Processos; Escritório de Projetos; Gerenciamento de Riscos.

P - GESTÃO DE PESSOAS

Plano Estratégico de Gestão de Pessoas ; Modelo de Gestão por Competências; Escola Fazendária; Programa de Qualidade de Vida; Intercâmbios interinstitucionais de experiências e informações; Plano de formação pós graduada.

P - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Implantação do PDTI; Ampliação da capacidade de processamento e análise de dados; Atualização do parque tecnológico.

P - GESTÃO DE AQUISIÇÕES E MATERIAIS

Revisão e automação dos procedimentos de Compras e Contratações; Integração do sistema de gestão de materiais e de patrimônio com o SIGEFES.

C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

P - POLÍTICAS E GASTO TRIBUTÁRIO

Implantação de metodologia para monitoramento e avaliação dos resultados e impactos econômicos da implementação das políticas tributárias; Sistema de controle de benefícios fiscais, com apuração de impactos dos benefícios do ICMS, IPVA e ITCMD.

P - CADASTRO E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Operador logístico identificado no conjunto de CNAEs; Novo modelo de aferição de ICMS apurado pelos contribuintes com base no SPED; Novo sistema de gestão de IPVA; Novo sistema de gestão de ITCMD.

P - FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL

Planejamento da Fiscalização; Instrumentos de monitoramento de contribuintes; Pagamento centralizado no comércio exterior.

P - CONTENCIOSO FISCAL

Revisão dos processos do CERF ; Ampliação do Sistema de Processo Eletrônico.



P - SERVIÇOS AO CONTRIBUINTE

Atendimento Presencial; Melhoria e ampliação do autoatendimento.

P - COBRANÇA E ARRECADAÇÃO

Ações de cobrança fortalecidas

C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, a avaliação da qualidade do gasto público, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

P - POLÍTICAS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA

Revisão da metodologia para elaboração da Programação e Execução Financeira; Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES-SIGEFES; Política de Gestão de Ativos financeiros definida para médio e longo prazo .

P - GESTÃO CONTÁBIL

Sistema de Informações Tributárias integrado com o SIGEFES; Sistema Integrado de Gestão Administrativa integrado com o SIGEFES

P - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Sistema de Dívida Pública Implantado.

P - GESTÃO DE CUSTOS E GASTOS PÚBLICOS

Gestão da qualidade do gasto público; Gestão de custos públicos; Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES-SIGEFES; BIG DATA.

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Conforme pôde ser observado durante a aplicação do MD-Gefis (Metodologia de avaliação da maturidade e desempenho da gestão fiscal), dentre as ações previstas para execução com os recursos do financiamento, algumas já foram iniciadas e se encontram em fase avançada. No entanto, para que os resultados esperados sejam alcançados, investimentos financeiros são imprescindíveis.

Quanto aos projetos já avançados destacamos o Redesenho de processo de todas as áreas da Secretaria de Fazenda que será finalizado no exercício de 201, compreendendo diagnóstico organizacional, planejamento do projeto, modelagem, análise / melhoria, redesenho, documentação, implantação e governança de processos organizacionais, em um total estimado de 70 processos, considerando a estrutura organizacional e a legislação vigente. O escritório de processos da SEFAZ encontra-se em fase de implantação.

Em relação à Transparência cabe destacar que o Espírito Santo possui uma Secretaria de Controle e Transparência e que é possível encontrar no Portal da Transparência informações em tempo real sobre despesas com manutenção e investimentos das principais áreas de Governo e desempenho da arrecadação do Estado, além de indicadores de gestão fiscal, patrimônio por tipo e órgão, entre outras informações. Em 2016, o Espírito Santo ficou em 2º lugar no ranking nacional de avaliação de transparência dos Governos Estaduais do MPF, obtendo nota máxima. No entanto, faz-se necessário melhorias na qualidade das informações a serem disponibilizadas, tendo em vista, por exemplo, a inexistência de registro da receita por competência, a inexistência de um módulo de custos e não integração do SIGEFES com outros sistemas de gestão (recursos humanos, administrativa, informações tributárias).

Quanto ao sistema financeiro utilizado pelo Estado, SIGEFES ? Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, cabe destacar que atualmente o sistema controla desde a definição das diretrizes e metas do planejamento do Governo até os detalhes dos pagamentos aos fornecedores do Estado. O sistema foi implantado em 2013 e já nasceu com o novo plano de contas aplicado ao setor público , atendendo aos padrões de segurança e convergência internacional estabelecidos pelos manuais e normativos da STN. Além da grande flexibilização em sua configuração, o sistema foi implantado com uma ferramenta de BI ?nativa? que possibilita a geração de todos os relatórios legais e gerenciais exigidos, bem como a disponibilização em tempo real de informações para os órgãos de controle externo e portal de transparência, o que possibilita maior controle social das ações do governo. É considerado um sistema de referência para aqueles entes que pretendem evoluir, por ser um sistema moderno, com grande potencial de evolução conceitual e funcional, permitindo a automatização de processos, além de proporcionar controles efetivos e informações de qualidade, tão importantes para a tomada de decisão dos gestores estaduais. O SIGEFES atualmente é utilizado por todos os órgãos e as entidades do Poder Executivo, além dos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. As próximas etapas de evolução do SIGEFES incluem o desenvolvimento dos módulos de Programação Financeira, Fluxo de Caixa e Mensageria, juntamente com sua integração aos sistemas SIGA, SIARHES, SIT e SDP.

Na área de fiscalização já está em fase de execução o novo Modelo de Gestão de Receita Tributária e não Tributária baseado em uma solução de inteligência analítica integrada ao software SAS Business Intelligence, abrangendo aos tópicos de análise de negócio conceituados como diagnósticos, mineração de dados e modelagem estatística por meio de construção de indicadores econômicos-tributários.



Quanto à auto regularização para acompanhar a evolução da fiscalização, está sendo desenvolvido nova metodologia de trabalho, que integrará aplicações de análise de dados provenientes do estudo das técnicas adotadas pelos auditores fiscais em fiscalizações comuns e operações, aplicáveis a todas as empresas cadastradas no SIT. A auto regularização fornecerá informações de forma ativa e passiva. Na forma ativa, investigará as empresas cadastradas no Estado sempre que algum evento associado à malha ocorrer: recebimento de uma declaração, decurso de prazo ou alterações cadastrais, segundo regras definidas pelos auditores fiscais. Na forma passiva, se constitui em um meio para consultas dos fiscais quando das auditorias especializadas, fornecendo dados sintéticos e analíticos das empresas investigadas.

O Sistema de Informação Tributária - SIT está integrado ao Site da SEFAZ. A chamada Agência Virtual é a interface de acesso do sistema SIT com o contribuinte, o cidadão e o auditor fiscal, segundo as necessidades de cada um. O objetivo é fornecer alguns serviços mais utilizados de forma facilitada e digital, objetivando fornecer atendimento rápido, sem limite de horário e de qualidade. Para os cidadãos, estarão disponibilizadas consultas básicas de notas fiscais e conhecimentos de transporte, cadastro de contribuintes, processos tributários, situação de despacho aduaneiro (importação), dentre outras; bem como serviços de lembrança de pagamento de IPVA, cálculo de multa e juros e emissão de DARE. Para os contribuintes e contabilistas a Agência Virtual fornece ainda mais informações, principalmente as relativas à situação da empresa, tais como pendências fiscais e outros serviços essenciais aos usuários cadastrados no SAT. O objetivo da SEFAZ é melhorar e desburocratizar a comunicação com o contribuinte, além de fornecer serviços que permitam melhorar a competitividade das empresas capixabas. Para os fiscais, o projeto de auto regularização pretende revolucionar as operações externas de fiscalização. Um dos problemas detectados na maioria das Secretarias de Receita Estaduais foi o fato de o modelo de gestão da ação de fiscalização preventiva e repressiva não incorporar suficientemente o potencial do novo padrão tecnológico. Com a nova sistemática as operações externas serão coordenadas à medida que ocorrem e as notificações serão produzidas em ambiente digital e registradas quando do nascimento do processo. Tanto o gestor quanto a equipe em campo serão capazes de obter informações em tempo real da situação dos trabalhos. Para o gestor, isso se traduz em maior eficiência da operação. Para a equipe, o aplicativo visa a evitar que duas ou mais equipes dupliquem o trabalho visitando contribuintes já fiscalizados.

Além desses três projetos na área tributária, a SEFAZ ES atualmente conta com diversas iniciativas diferentes, tais como o Sistema de Comércio Exterior - SICEX que eliminou o papel e reduziu significativamente o tempo do desembaraço aduaneiro no Estado. Com vistas a melhorar ainda mais a velocidade dos despachos aduaneiros, existe projeto evolutivo do atual Sistema, o SICEX-II que automatizará de imediato, cerca de 90% das operações de importação, que junto com o projeto pagamento centralizado do comércio exterior, da RFB, possibilitará que o desembaraço ocorra em tempo real. Gerando fluidez e performance em toda a cadeia logística do Estado.

Quanto à convergência contábil aos padrões internacionais de Contabilidade Pública, o Estado de Espírito Santo vem trabalhando arduamente para acompanhar todo o processo de convergência, promovendo uma série de ações que o coloca na vanguarda e o torna referência nacional. Para chegar ao estágio atual, um forte trabalho vem sendo desenvolvido, tendo como base um tripé formado pelo fortalecimento institucional, por meio de uma equipe qualificada de contadores, oriundos dos concursos de 2009 e 2010 para a carreira de Consultor do Tesouro Estadual, pela gestão de sistemas e pela adoção de procedimentos de convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Destaca-se nesse processo a aquisição e customização, em 2012, com recursos do PROFISCO I, do Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES, que integrou em uma única plataforma os sistemas de PPA, Planejamento, SIAFEM, juntamente com uma poderosa ferramenta de BI que permitiu a geração automática de todos os relatórios legais exigidos pela LRF e Lei 4.320/64. O SIGEFES produziu, em 2013, a primeira LOA para o ano de 2014, sendo implantado naquele ano em todos os Poderes do Estado e já contemplando o novo plano de contas e procedimentos contábeis estabelecido pela STN. Na terceira base desse tripé, estão os procedimentos de convergência às Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em 2010, observando-se as regulamentações para a adoção das novas regras, foi instituído o GTCOM, um grupo de trabalho que se dedicou em tempo integral a verificar e fazer as adaptações para o novo plano de contas, a nova tabela de eventos e as rotinas do sistema, de modo a gerar o menor impacto possível aos usuários. Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços foram concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). Por outro lado, os procedimentos para avaliação do patrimônio constituem um dos maiores desafios da nova contabilidade do setor público, já que se deve reconhecer desde as edificações aos bens de infraestrutura, como pontes e viadutos. Nesse sentido, a equipe de contabilidade geral do Estado vem trabalhando em conjunto com a da SEGER, que administra o sistema de controle de patrimônio, compras e contratos, SIGA, no sentido de viabilizar a mensuração dos bens móveis, imóveis e intangíveis, bem como os registros de depreciações, amortizações e exaustões ocorridas. Dessa maneira, os esforços agora estão concentrados na integração do SIGEFES com o SIGA, que controla o Patrimônio, o SIARHES que controla a folha de pagamento e pessoal, o SDP, que controla a Dívida Pública, e o SIT, que controla a receita, visando, além da automação dos processos, a obtenção de informações que subsidiem a implantação efetiva da contabilidade patrimonial. Por fim, é importante ressaltar que as normatizações contábeis do Estado de Espírito Santo têm como referência as novas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), que estão sendo convergidas gradualmente pelo Conselho Federal de Contabilidade, com destaque, entre outras, para a NBC TSP Estrutura Conceitual.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado do Espírito Santo ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado de Espírito Santo elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.



2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Para população, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução do gastos e transparência fiscal, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destaca-se, também, que o projeto beneficiará, além da Secretaria da Fazenda, distintos órgãos da administração pública estadual tais como as Secretarias de Economia e Planejamento, Secretaria de Gestão e Recursos Humanos, Secretaria de Controle e Transparência e a Procuradoria Geral do Estado, relativamente ao aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIGEFES), bem como todos os demais órgãos da administração estadual, relativamente ao controle e apuração dos custos públicos.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	37.800.000,00	1,00	37.800.000,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	4.200.000,00	1,00	4.200.000,00
Total:			42.000.000,00		42.000.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado de Espírito Santo. O monitoramento e a avaliação do Projeto e dos seus resultados serão realizados pela unidade de coordenação no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados do PROFISCO demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do Programa serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II ES, conforme segue: (i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo; (ii) adequação e credenciamento de sistemas nacionais para prestação de contas (Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo - SIGEFES); (iii) criação de comissão especial de licitação, no órgão executor para atendimento ao PROFISCO II; e (iv) realização das auditorias pelo Tribunal de Contas do Estado de Espírito Santo, órgão já credenciado pelo BID.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e ao Comitê dos Secretários de Estado da Fazenda (COMSEFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimento operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

4.2. Execução/Executores

<p>Executor: Governo do Estado do Espírito Santo Representante Oficial: Endereço da Sede: Telefone: CNPJ:</p>	<p>Fax: UF: ES</p>
---	------------------------

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	BID	CF	
C - GESTÃO DO PROJETO	300.000,00	60.000,00		60.000,00		60.000,00		60.000,00		60.000,00		300.000,00
P - Monitoramento e avaliação	300.000,00	60.000,00		60.000,00		60.000,00		60.000,00		60.000,00		300.000,00
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	19.244.000,00	3.390.500,00	3.366.800,00	4.541.200,00		3.348.900,00		3.145.300,00		1.451.300,00		19.244.000,00
P - GOVERNANÇA PÚBLICA	381.000,00	38.100,00		114.300,00		76.200,00		76.200,00		76.200,00		381.000,00
P - GESTÃO DE PESSOAS	1.212.000,00	169.700,00		242.400,00		315.100,00		242.400,00		242.400,00		1.212.000,00
P - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	16.644.000,00	2.920.900,00	3.366.800,00	3.983.100,00		2.655.500,00		2.655.500,00		1.062.200,00		16.644.000,00
P - GESTÃO DE AQUISIÇÕES E MATERIAIS	1.007.000,00	261.800,00		201.400,00		302.100,00		171.200,00		70.500,00		1.007.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	11.019.000,00	1.169.800,00	166.600,00	2.582.600,00	166.600,00	2.359.000,00	166.600,00	2.037.200,00	166.600,00	2.037.200,00	166.800,00	11.019.000,00
P - POLÍTICAS E GASTO TRIBUTÁRIO	688.000,00	68.800,00		206.400,00		137.600,00		137.600,00		137.600,00		688.000,00
P - CADASTRO E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	428.000,00	42.800,00		128.400,00		85.600,00		85.600,00		85.600,00		428.000,00



P - FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA FISCAL	3.218.000,00	321.800,00		643.600,00		965.400,00		643.600,00		643.600,00		3.218.000,00
P - CONTENCIOSO FISCAL	550.000,00	55.000,00		165.000,00		110.000,00		110.000,00		110.000,00		550.000,00
P - SERVIÇOS AO CONTRIBUINTE	2.558.000,00	340.400,00	133.300,00	416.100,00	133.300,00	378.300,00	133.300,00	378.300,00	133.300,00	378.300,00	133.400,00	2.558.000,00
P - COBRANÇA E ARRECADADAÇÃO	3.577.000,00	341.000,00	33.300,00	1.023.100,00	33.300,00	682.100,00	33.300,00	682.100,00	33.300,00	682.100,00	33.400,00	3.577.000,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	11.437.000,00	1.005.900,00		2.874.500,00		2.920.200,00		2.787.800,00		1.848.600,00		11.437.000,00
P - POLÍTICAS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA	4.170.000,00	333.600,00		667.200,00		1.167.600,00		1.334.400,00		667.200,00		4.170.000,00
P - GESTÃO CONTÁBIL	2.720.000,00	217.600,00		843.200,00		843.200,00		544.000,00		272.000,00		2.720.000,00
P - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	1.706.000,00	170.600,00		511.800,00		341.200,00		341.200,00		341.200,00		1.706.000,00
P - GESTÃO DE CUSTOS E GASTOS PÚBLICOS	2.841.000,00	284.100,00		852.300,00		568.200,00		568.200,00		568.200,00		2.841.000,00

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

5.8. Execução/Contatos

CPF: 698.412.417-49
Nome: Paulo César Hartung Gomes
Orgão: Governo do Estado do Espírito Santo
Estado: Estado do Espírito Santo
Endereço: Praça João Clímaco, 142 - Cidade Alta, Centro
CEP: 29015-110
Cargo: Governador
Telefone: 2736361017
Celular:

Município: MUNICÍPIO DE VITORIA
E-mail: paulo.hartung@es.gov.br
Fax: 2736361044
Tipo: Titular

CPF: 082.654.487-83
Nome: Bruno Funchal
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo
Estado: Estado do Espírito Santo
Endereço: Av. João Batista Parra . nº 600 . Ed. Aureliano Hoffman . Enseada do Suá . Vitória-ES
CEP: 29050-375
Cargo: Secretário da Fazenda
Telefone: 3347-5502
Celular:

Município: MUNICÍPIO DE VITORIA
E-mail: bruno.funchal@sefaz.es.gov.br
Fax: 3347-5501
Tipo: Substituto

CPF: 099.355.147-57
Nome: Andressa Rodrigues Pavão
Orgão: Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo
Estado: Estado do Espírito Santo
Endereço: Av. João Batista Parra . nº 600 11º Andar - UCP/PROFAZ - Ed. Aureliano Hoffman . Enseada do Suá
CEP: 29050-375
Cargo: Coordenadora Geral UCP/PROFAZ
Telefone: 2733475130
Celular:

Município: MUNICÍPIO DE VITORIA
E-mail: apavao@sefaz.es.gov.br
Fax: 2733475131
Tipo: Técnico